

Source

- 17/100.688/12 DEZ 2012
11/12/12 D

46 A

entre

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

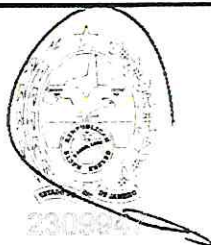
na qualidade de Emissora

10

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

na qualidade de Agente Fiduciário

Datado de
09 de janeiro de 2013



11 DEZ 2012

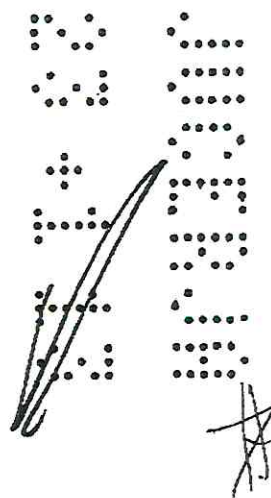
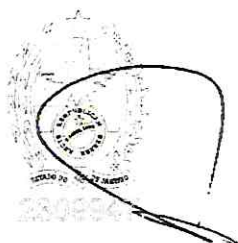
E.17/100.688

11/12/12

47

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DEFINIÇÕES E DA AUTORIZAÇÃO	2
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS	3
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA	4
CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	7
CLÁUSULA QUINTA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO	20
CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	25
CLÁUSULA SÉTIMA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO	28
CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	36
CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO	38
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	39
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DESPESAS	41
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	41
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO	42
ANEXO I – DEFINIÇÕES	I
ANEXO II – CÓPIA DO CONTRATO DE CESSÃO DO FIDC	VIII
ANEXO III – CÓPIA DO REGULAMENTO DO FIDC CEDAE	IX



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

- (i) **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE**, sociedade por ações de economia mista, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Avenida Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20210-031, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social ("Emissora");
- (ii) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma do seu estatuto social, nomeada na presente escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

(Quando referidos em conjunto, a Emissora e o Agente Fiduciário serão denominados "Partes" e, individualmente, "Parte")

Vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE*" ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DAS DEFINIÇÕES E DA AUTORIZAÇÃO

- 1.1. Palavras e expressões em maiúsculas, não definidas no texto desta Escritura, terão o significado a elas atribuído no Anexo I.

11 DEZ 2012
E. 17/100.688/12
11/12/12 49

1.2. A emissão das Debêntures, a Oferta e a constituição das Garantia serão realizadas com base nas deliberações tomadas em reunião do conselho de administração da Emissora, realizada em 31 de dezembro de 2012 ("RCA"), nos termos do estatuto social da Emissora e conforme artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas com observância dos requisitos descritos a seguir.

2.1. Arquivamento e publicação de atos societários

2.1.1. A ata da RCA será arquivada na JUCERJA e publicada no "Jornal do Commercio" e no DOERJ ("Jornal"), em atendimento aos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Arquivamento da Escritura na JUCERJA

2.2.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCERJA, em atendimento ao inciso II e parágrafo 3º do artigo 62, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro em cartórios

2.3.1. O Contrato de Garantia, no prazo nele previsto, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de (i) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro; e (ii) Osasco, no Estado de São Paulo. Uma via, devidamente registrada, do Contrato de Garantia, deverá ser entregue ao Agente Fiduciário, no prazo fixado no Contrato de Garantia.

2.4. Dispensa automática de registro

2.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta"). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.4.2. Nos termos do artigo 25, §1º, do Código de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, da ANBIMA — Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, a Oferta, está também automaticamente dispensada de registro, por se

tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação no âmbito da Instrução CVM 476 e sem a utilização de prospecto.

2.5. Registro para distribuição e negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, e para negociação no mercado secundário, através do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“Cetip21”), ambos operacionalizados e administrados pela CETIP. As Debêntures serão liquidadas e custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5.2. Qualquer negociação das Debêntures somente poderá ocorrer de acordo com a Instrução CVM 476, entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme o caso, por tal Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e verificação do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5.2.1. Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta, serão considerados “Investidores Qualificados” os referidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado que: (a) todos os fundos de investimento, ainda que se destinem a investidores não qualificados, serão considerados investidores qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no item (iv) de referido artigo 109 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Escritura e no Contrato de Colocação (conforme termo definido na Cláusula 3.6.1).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA

3.1. Objeto social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social:

- (i) a exploração de serviços públicos e de sistemas privados de captação, produção, adução e distribuição de água e seus subprodutos, de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada de esgotos domésticos e industriais e seus subprodutos, de tratamento e disposição final adequada de resíduos sólidos domésticos e industriais, serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, outros serviços relativos à saúde da população, prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nestas áreas de atuação e outros serviços de interesse para a Emissora e para o Estado do Rio de Janeiro, dentro ou fora de seus limites

E-19/100.688/2
11/12/12
11 DEZ 2012

51 f

territoriais, podendo, para atingir tais fins, participar, majoritariamente ou minoritariamente, de consórcios ou sociedades com empresas privadas; e

- (ii) a cobrança e o recebimento de contas referentes às tarifas ou receitas fixadas pelo poder público para custeio da prestação dos serviços definidos na alínea "i", supra, cabendo-lhe cumprir e fazer cumprir as normas pertinentes ao abastecimento de água e esgotamento sanitário, inclusive no tocante à aplicação de penalidades e interrupção da prestação desses serviços aos usuários faltosos.

3.2. Número da Emissão

- 3.2.1. Esta é a 3ª emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão").

3.3. Número de séries

- 3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Valor total da Emissão

- 3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

3.5. Destinação dos recursos

- 3.5.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados: (i) para financiamento de capital de giro e outras atividades usuais da Emissora; (ii) ao pagamento das despesas da Emissão e da Oferta, inclusive comissão do Coordenador Líder e despesas do registro em cartório.

3.6. Forma e procedimento de colocação e distribuição

- 3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espete Quirografária, com Garantia Adicional Real, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE" ("Contrato de Colocação"), tendo como público alvo Investidores Qualificados.



3.7.1. O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº



תח 155070.1

60.701.190/0001-04, será o banco mandatário da Emissão ("Banco Liquidante"). A Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, será o escriturador mandatário das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Valor Nominal Unitário

4.1.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal").

4.1.2. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal.

4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 21 de janeiro de 2013 ("Data de Emissão").

4.4. Prazo e Data de Vencimento

4.4.1. As Debêntures vencerão em 20 de junho de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado previstas nesta Escritura.

4.4.2. Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida.

4.5. Forma, Comprovação de Titularidade e Certificados de Debêntures

4.5.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, sem a emissão de certificados.

4.5.2. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito, aberta em nome de cada Debenturista, emitido pelo Escriturador Mandatário.

11 DEZ 2012

E. 12/100.688/12
11/12/12

54 f

4.5.3. Adicionalmente, será expedido, pela CETIP, extrato, em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas no Cetip21, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.6. Conversibilidade

4.6.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora.

4.7. Espécie e garantia

4.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária (sem preferência), nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão, adicionalmente, com garantias, nos termos do Contrato de Garantia e do disposto abaixo.

4.7.2. Será constituída, em garantia das Obrigações, por meio do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, de Conta Bancária em Garantia e Outras Avenças*" ("Contrato de Garantia") (i) cessão fiduciária de 100% (cem por cento) dos direitos creditórios que excederem, conforme o caso, a Quantidade Mínima Mensal ("QMM") ou a Quantidade de Direitos Creditórios Ajustada ("QDCA" e "Direitos Creditórios Excedentes Cedidos", respectivamente) do FIDC CEDAE, conforme definidas no Contrato de Cessão do FIDC, cedidas ao FIDC CEDAE, nos termos do Contrato de Cessão do FIDC, que serão creditados na Conta Vinculada ("Cessão dos Direitos Creditórios Excedentes"); e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios da Emissora sobre a Conta Vinculada ("Direitos de Crédito da Conta Vinculada" em conjunto com a Cessão dos Direitos Creditórios Excedentes Cedidos, "Garantias"). O Agente Fiduciário instruirá o Banco Administrador de Contas para que (a) seja retido o montante equivalente ao valor da parcela da Amortização Programada, da Remuneração e de qualquer Obrigação devida no próximo Período de Capitalização; e (b) libere o valor remanescente da Conta Vinculada, após a retenção mencionada no item 'a' acima, para a conta de livre movimentação da Emissora, conforme previsto no Contrato de Garantia. São considerados Direitos Creditórios Excedentes Cedidos aqueles que, após serem creditados na conta corrente de titularidade do Itaú Unibanco, na qual é centralizado todo o recebimento das contas de água e esgoto de emissão da Emissora com código Febraban 1292 ("Conta Centralizadora"), de arrecadação do FIDC CEDAE, excederem o serviço prioritário referente às obrigações do FIDC CEDAE.

4.7.3. Caberá ao Agente Fiduciário requerer, em nome dos Debenturistas, a execução judicial ou extrajudicial, das Garantias, uma vez verificado qualquer inadimplemento desta Escritura e/ou do Contrato de Garantia pela Emissora, salvo em caso de deliberação em contrário tomada pelos Debenturistas reunidos em AGD, especialmente convocada para tal fim, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

11 DEZ 2012

E-12/100.688/2
11/12/12

55 f

4.7.4. As Garantias poderão ser excutidas, individual ou conjuntamente, e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias para a integral liquidação dos valores devidos em razão das Obrigações. A não-excussão, total ou parcial, das Garantias, ou sua excussão tardia, por parte do Agente Fiduciário, não ensejará, em hipótese nenhuma, perda do direito de excussão das Garantias pelos Debenturistas.

4.8. Remuneração

4.8.1. A partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI over extra grupo – Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* de 1,69% (um inteiro e sessenta e nove centésimos por cento) ao ano ("Spread"), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração") a qual teve aderência ao Caderno de Fórmulas – Debêntures Cetip21, disponível no site www.cetip.com.br:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

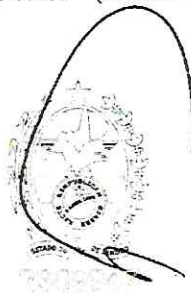
J corresponde ao valor unitário da Remuneração acumulada no período, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;

Vne corresponde ao Valor Nominal no primeiro Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal no caso dos demais Períodos de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:



15.17/200.688/2 100688
11/12/12 11 DEZ 2012

15

56

FatorDI corresponde ao produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado, a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k corresponde ao número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n_{DI}

DI_k corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

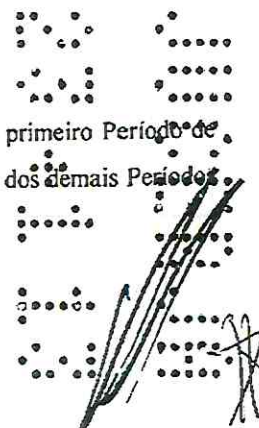
Fator Spread corresponde ao spread de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$Fator Spread = \left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}}$$

onde:

Spread corresponde a 1,69; e

n corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, exclusive, sendo " n " um número inteiro.



11 DEZ 2012
F/17/100.688/12
11/12/12

57 f

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.8.2. A Remuneração será devida a partir da Data de Emissão, nas seguintes datas (cada data, uma "Data de Pagamento de Remuneração"):

#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração	#	Data de Pagamento de Remuneração
1	20/02/2013	21	20/10/2014	41	20/06/2016
2	20/03/2013	22	20/11/2014	42	20/07/2016
3	20/04/2013	23	20/12/2014	43	20/08/2016
4	20/05/2013	24	20/01/2015	44	20/09/2016
5	20/06/2013	25	20/02/2015	45	20/10/2016
6	20/07/2013	26	20/03/2015	46	20/11/2016
7	20/08/2013	27	20/04/2015	47	20/12/2016
8	20/09/2013	28	20/05/2015	48	20/01/2017
9	20/10/2013	29	20/06/2015	49	20/02/2017
10	20/11/2013	30	20/07/2015	50	20/03/2017
11	20/12/2013	31	20/08/2015	51	20/04/2017
12	20/01/2014	32	20/09/2015	52	20/05/2017
13	20/02/2014	33	20/10/2015	53	20/06/2017
14	20/03/2014	34	20/11/2015		
15	20/04/2014	35	20/12/2015		
16	20/05/2014	36	20/01/2016		
17	20/06/2014	37	20/02/2016		
18	20/07/2014	38	20/03/2016		
19	20/08/2014	39	20/04/2016		
20	20/09/2014	40	20/05/2016		

4.8.3. Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração

11 DEZ 2012

E-17.100.689/2

58

11/12/12

imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.8.5. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura), cujo aviso será publicado no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após (i) o prazo de 10 (dez) dias consecutivos da indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI; ou (ii) a data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer Obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.8.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.8.7. Caso não haja acordo na AGD sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, se for o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração nesta situação será a última Taxa DI disponível.

4.8.8. Para os fins do presente instrumento, entende-se por "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de: (i) Controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, sem limitação, os parentes até segundo grau e pessoas direta ou indiretamente relacionadas.

quaisquer dos administradores da Emissora; e (iii) fundos de investimento exclusivo da Emissora, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Subscrição e Integralização

4.10.1. A totalidade das Debêntures será subscrita na mesma data, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.10.2. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.

4.10.3. Todas as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.11. Pagamento

4.11.1. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados pela Emissora: (a) por intermédio da CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas na CETIP, (i) na sede da Emissora; ou (ii) por meio do Escriturador Mandatário.

4.11.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer Obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva Obrigação coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.11.3. Os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o saldo das Obrigações ("Encargos Moratórios"), independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.11.4. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das Obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela

11 DEZ 2012

75

(viii) é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras.

7.2.1. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após a integralização das Debentures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deverá ser registrado na JUCERJA, e posteriormente encaminhado à CVM.

7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de Agente Fiduciário substituto, a partir da data de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e procedimentos da Lei das Sociedades por Ações e da CVM.



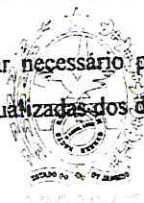
Handwritten signature and initials over a grid of dots.

11 DEZ 2012

76 f

7.4. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (iii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, às expensas da Emissora, caso ela não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCERJA, bem como do Contrato de Garantia nos competentes Cartórios de Títulos e Documentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do Contrato de Garantia;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as Garantias, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observados os termos do Contrato de Garantia;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios



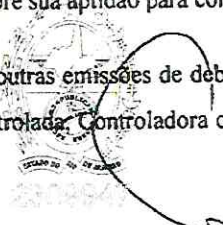
Handwritten signature and large handwritten number '76' over a grid of dots.

11 DEZ 2012

27

de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;

- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, às expensas da Emissora, quando necessário, AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal;
- (xiv) comparecer a qualquer AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no referido período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) pagamento da Remuneração e da Amortização Programada, bem como aquisições, resgate antecipado conforme previsto nesta Escritura, Amortização Antecipada Facultativa, repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que



Handwritten signature and a large 'X' mark over a grid of dots.

tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:

- (1) denominação da companhia ofertante;
- (2) valor da emissão;
- (3) quantidade de debêntures emitidas;
- (4) espécie;
- (5) prazo de vencimento das debêntures;
- (6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
- (7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(xvi) colocar o relatório de que trata a Cláusula 7.4 (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na sede do Coordenador Líder; e
- (e) na CETIP.

(xvii) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea anterior;

(xviii) divulgar as informações referidas na alínea "k" a Cláusula 7.4.(xv) acima em sua página na internet tão logo delas tenha conhecimento;

(xix) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Escriturador Mandatário, e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e

integralização das Debêntures expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (xx) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente parcialmente, se for o caso;
- (xxi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xxii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, na ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à CETIP e ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar;
- (xxiii) verificar o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas na Cláusula 6.1, acima;
- (xxiv) cumprir com os demais deveres previstos da Instrução CVM 28, em lei ou em ato normativo da CVM;
- (xxv) acompanhar com o Banco Liquidante, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;
- (xxvi) informar aos Debenturistas a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nos termos desta Escritura;
- (xxvii) informar, mensalmente, ao Banco Administrador de Contas o valor a ser retido na Conta Vinculada equivalente ao valor da parcela da Amortização Programada, da Remuneração e de qualquer Obrigação devida no próximo Período de Capitalização, bem como instruir o Banco Mandatário a liberar o valor excedente a ser transferido à conta de livre movimentação da Emissora imediatamente após a retenção mencionada neste item" xxvii"; e
- (xxviii) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou de seu website o Valor Nominal das Debêntures a ser calculado pela Emissora;

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus

créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas Cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

7.8. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

7.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente

81 f

deliberado pelos Debenturistas reunidos em AGD, conforme Cláusula Oitava.

7.10. Serão devidos pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual de R\$ 7.500 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contada da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

7.10.1. As parcelas citadas na cláusula 7.10 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.10.2. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.10.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.10.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

7.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. Desta maneira, as remunerações indicadas na Cláusula 7.10 acima não incluem as despesas razoáveis e comprovadas com *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, estadias, alimentação, transporte e publicação necessárias ao exercício da função a ser desempenhada pelo Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura ou nos termos previstos em lei. Não estão também incluídas as despesas com eventuais especialistas, tais como auditoria em garantias relacionadas com a Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das obrigações aqui assumidas pela Emissora. As eventuais despesas, depósitos e custos judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes de

exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão também suportadas pela Emissora. Tais despesas incluem, ainda, honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente suportadas pela Emissora. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis e comprovadas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, nos termos da Cláusula 7.12 abaixo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 5 (cinco) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário, devendo os Debenturistas ser ressarcidos pela Emissora, nos termos da Cláusula 7.12 abaixo.

7.12. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.11 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega, à Emissora, de cópias dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.13. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures.

7.14. Os poderes, pretensões e faculdades atribuídas, ao Agente Fiduciário, nesta Escritura poderão ser exercidos direta e conjuntamente pelos Debenturistas, após deliberação em AGD, conforme procedimento aqui estabelecido, caso o Agente Fiduciário não os exerça, retarde em exercê-los, ou exerça-os em desconformidade, total ou parcial com esta Escritura.

CLÁUSULA OITAVA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Qualquer AGD exigida ou decorrente desta Escritura será realizada nos termos desta Cláusula Oitava.



Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page.

11 DEZ 2012

83 f

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado no Jornal, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGD serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para sua instalação em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas em lei e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecido nesta Escritura ou em lei, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de comparecimento ou voto na respectiva AGD.

8.2. Quórum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

8.4. Quórum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

8.4.2. Qualquer deliberação em AGD deverá contar com aprovação de Debenturistas representando pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.4.3. Não se aplica o quórum a que se refere à Cláusula 8.4.2 acima:



E/100688/12 43
11 DEZ 2012
84 f

(i) aos casos em que haja quórum expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura; e

(ii) às alterações (a) de quórum previsto nesta Escritura e das regras aplicáveis às AGD; (b) da Remuneração; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer hipótese de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (h) das condições da garantia prevista na Cláusula 4.7.2, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.5. Participação da Emissora

8.5.1. Se entender necessária a participação da Emissora em qualquer AGD, o Agente Fiduciário enviará notificação à Emissora informando-a da data e horário de referida AGD, que poderá decidir se participará ou não do conclave.

CLÁUSULA NONA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

- (i) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (iii) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (iv) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (v) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

9.2. O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso qualquer das declarações prestadas na Cláusula 9.1 acima torne-se total ou parcialmente inverídica, incompleta ou incorreta.



Handwritten signature and stamp area with a large 'X' mark and a signature.

2-12/ 100688/12 44
11 DEZ 2012
854

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

10.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e o Contrato de Garantia e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e do Contrato de Garantia, bem como o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas, não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura e do Contrato de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura e do Contrato de Garantia não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas Controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura e o Contrato de Garantia constituem obrigações legais, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) as informações prestadas no âmbito da Oferta são atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos seus ativos, passivos, responsabilidades, condição financeira, lucros, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (viii) a celebração desta Escritura, do Contrato de Garantia, bem como a Oferta, (1) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas Controladas e/ou coligadas sejam parte, ou ao qual seus bens ou direitos estejam vinculados, nem resultará em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, exceto a Oneração prevista no Contrato de Garantia, ou (iii) extinção de qualquer desses contratos ou instrumentos; e (2) não exigem a aprovação de qualquer Conselho



Handwritten signature and stamp.

964

exceto por JUCERJA, CETIP e os cartórios referidos na Cláusula 2.3.1 acima;

- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente, (a) representam corretamente, em tais datas, a posição financeira da Emissora, suas Controladas e/ou coligadas, (b) foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (b) refletem corretamente, em tais datas, os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (x) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, que estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras da Emissora, a Emissora, suas Controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto ainda por eventuais descumprimentos que não possam causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xi) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar um Impacto Adverso Relevante;
- (xii) até onde a Emissora tenha conhecimento, não há fatos relativos à Emissora, a suas Controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a data de sua integralização, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante na Escritura ou no Contrato de Garantia seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xiii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xiv) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto quando a falta de autorização ou licença não acarretar um Impacto Adverso Relevante; e
- (xv) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

10.2. A Emissora se compromete a notificar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário, que comunicará os Debenturistas, caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura ou no Contrato de Garantia tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.



Handwritten signature and initials over the stamp and text.

87 f

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretroatável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula Décima e do Contrato de Garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DESPESAS

11.1. Qualquer custo ou despesa eventualmente incorrido pela Emissora em razão da Emissão ou qualquer das obrigações aqui previstas — inclusive registro em cartório, honorários advocatícios, remuneração do Agente Fiduciário e do Banco Liquidante, custas e despesas judiciais, tributos, encargos e taxas —, será de inteira responsabilidade da Emissora, não cabendo ao Agente Fiduciário, nem aos Debenturistas, qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou reembolso.

11.2. Caso o Agente Fiduciário ou qualquer dos Debenturistas arque com qualquer custo ou despesa, a Emissora deverá reembolsá-los, conforme o caso, em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de cópia dos comprovantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, qualquer atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, não prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretroatável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz... prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura, o Contrato de Garantia e os demais documentos a serem celebrados com terceiros.



Handwritten signature and stamp.

E/12/100688/12 22
11 DEZ 2012
98 f

relacionados com as Debêntures e as Garantias, constituem o integral entendimento entre as Partes, com relação à Emissão.

12.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos pelas Partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

12.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

12.7. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

13.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

13.2. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer disputa ou controvérsia oriunda ou relacionada com esta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2013.

[As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes]



Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 09 de janeiro de 2013- Página 1 de 3

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS — CEDAE

na qualidade de Emissora

Nome:

Cargo:

Engº Wagner Granja Victor
Presidente da CEDAE
Matr. 8.000.423-6

Nome:

Cargo:

Renato Prates Rodrigues
Diretor Administrativo-Financeiro
e de Relações com Investidores
DF - CEDAE

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE
Nire: 33.3.0008797-4
Protocolo: 00-2013/006717-2
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O N°
ED33000387-8/000

DATA: 24/01/2013

8º OFÍCIO DE NOTAS / RJ - Tabelião Gustavo Bandeira
Rua da Assembleia, 10 - ss 114 - Rio de Janeiro - RJ. Reconheço
por semelhança as firmas de: WAGNER GRANJA VICTOR e RENATO PRATES
RODRIGUES
Cod: 02277608453F
Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 2013. Conf. por: 37.134 FUNDOS
Em testemunho da verdade. 12.72
ANTONIO CARLOS DE SOUZA RODRIGUES

8º Ofício de Notas - RJ
Antonio Carlos de Souza Rodrigues
CTPS. 57054



8º Ofício de Notas - RJ
Antonio Carlos de Souza Rodrigues
CTPS. 57054-1 S. 131

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS CEDAE
Nire: 33.3.0008797-4
Protocolo: 00-2013/006717-2 - 11/01/2013
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 23/01/2013. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
ED33000387-8/000
DATA: 24/01/2013
Valeria G.M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 09 de janeiro de 2013- Página 1 de 3

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

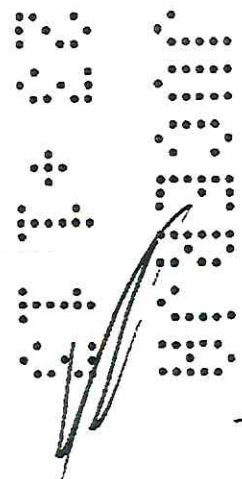
na qualidade de Agente Fiduciário



Nome: Pedro Silva
Cargo: Procurador

23. Ofício de Notas-MATRIZ - Notário: GUIDO MACIEL
Av. Nilo Pecanha, 26- LOJA A - RJ - Tel: 2544-7474
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
[0294024]-PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE OLIVEIRA DE BRITO E
SILVA.

Rio de Janeiro, 11 de Janeiro de 2013 às 10:07:32
Em Testemunho da Verdade.
ISAAC DA ROCHA MATIAS-ESCREVENTE -
Usuário do sistema: ISAAC DA ROCHA MATIAS -
Total - R\$ 6,11



11 DEZ 2012

91 f

Páginas de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, celebrado entre Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 09 de janeiro de 2013- Página 1 de 3

Testemunhas:

Pedro Daflon Fraiz

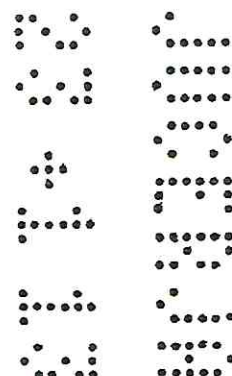
Nome: PEDRO DAFLON FRAIZ

CPF: 091158767-56

Claudia Rokchat de Assis

Nome: CLAUDIA ROKCHAT DE ASSIS

CPF: 268.069.028-12



Anexo I — DEFINIÇÕES

Palavra ou expressão	Definição
" <u>Aditamentos</u> "	conforme definido na Cláusula 2.2.1
" <u>Administrador do FIDC CEDAE</u> " ou " <u>Caixa</u> "	é a Caixa Econômica Federal, instituição financeira constituída sob a forma de empresa pública, regendo-se pelo estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.473, de 05 de junho de 2008, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, com sede em Brasília, Distrito Federal, por meio de sua Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista nº 2.300, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, conforme Regulamento do FIDC CEDAE.
" <u>AGD</u> "	conforme definido na Cláusula 8.1.1
" <u>Agente Fiduciário</u> "	conforme definido no preâmbulo
" <u>Alienação</u> " (bem como o verbo correlato " <u>Alienar</u> ")	é qualquer operação que envolva, direta ou indiretamente, de forma voluntária ou involuntária, a venda, cessão, usufruto, alienação, transferência, contribuição, empréstimo, permuta, constituição de usufruto, promessa, compromisso ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, direta ou indireta, parcial ou total, condicionada ou não, de quaisquer bens e direitos, ou dos respectivos poderes, pretensões, imunidades e faculdades, inclusive os derivados de propriedade, posse, uso ou fruição, por uma Pessoa a outra, inclusive por meio de Controladas, coligadas, Partes Relacionadas e Reorganização Societária.
" <u>Amortização Programada</u> "	conforme definido na Cláusula 4.12.1
" <u>Amortização Antecipada Facultativa</u> "	conforme definida na Cláusula 4.15.1
" <u>Área de Planejamento 5</u> "	conforme definida no Contrato de Concessão



" <u>Assembleia Geral</u> "	conforme definido na Cláusula 6.1.(i).(c)
" <u>Banco Administrador de Contas</u> "	é o Banco Bradesco S.A.
" <u>Banco Liquidante</u> " ou " <u>Itaú Unibanco</u> "	conforme definido na Cláusula 3.7.1
" <u>CETIP</u> "	é a CETIP S.A. — Mercados Organizados
" <u>Cessão dos Direitos Creditórios Excedentes</u> "	conforme definido na Cláusula 4.7.2
" <u>Código Civil</u> "	é a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada
" <u>Cetip21</u> "	conforme definido na Cláusula 2.5.1
" <u>Código de Processo Civil</u> "	é a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
" <u>Conta Centralizadora</u> "	conforme definido na Cláusula 4.7.2
" <u>Conta Vinculada</u> "	é a conta corrente de titularidade da Emissora no Banco Liquidante, conforme definida no Contrato de Garantia.
" <u>Contrato de Cessão do FIDC</u> "	é o "Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Futuros e Outras Avenças", celebrado entre o FIDC CEDAE e a Emissora, com interveniência do Itaú Unibanco e do Banco do Brasil S.A., conforme previsto no Anexo II desta Escritura
" <u>Contrato de Colocação</u> "	conforme definido na Cláusula 3.6.1
" <u>Contrato de Concessão</u> "	é o "Termo de Reconhecimento Recíproco de Direitos e Obrigações", celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, a Emissora e o Município do Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2007
" <u>Contrato de Garantia</u> "	conforme definido na Cláusula 4.7.2
" <u>Controle</u> " (bem como os correlatos " <u>Controlar</u> " ou " <u>Controlada</u> ")	é a titularidade (direta ou indireta) de direitos de sócio que assegurem, de modo permanente, direta ou indiretamente, (i) a maioria dos votos nas deliberações de assembleia geral ou reuniões de sócios; e (ii) o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração, da diretoria ou outro órgão administrativo superior, conforme o caso, da respectiva Pessoa



" <u>Coordenador Líder</u> "	é o Banco Itaú BBA S.A. conforme definido na Cláusula 3.6.1
" <u>CVM</u> "	é a Comissão de Valores Mobiliários
" <u>Data de Emissão</u> "	conforme definido na Cláusula 4.3.1
" <u>Data de Pagamento de Remuneração</u> "	conforme definido na Cláusula 4.8.2
" <u>Data de Vencimento</u> "	conforme definido na Cláusula 4.4.1
" <u>Debêntures</u> "	conforme definido no preâmbulo
" <u>Debêntures em Circulação</u> "	conforme definido na Cláusula 4.8.8
" <u>Debenturistas</u> "	conforme definido no preâmbulo
" <u>Direitos Creditórios Excedentes Cedidos</u> "	conforme definido na Cláusula 4.7.2
" <u>Direitos de Crédito da Conta Vinculada</u> "	conforme definido na Cláusula 4.7.2
" <u>DOERJ</u> "	é o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
" <u>Documentos da Oferta</u> "	conforme definido na Cláusula 5.1.1. (iii)
" <u>Edital de Oferta de Resgate Antecipado</u> "	conforme definido na Cláusula 4.14.1.(i)
" <u>Emissão</u> "	conforme definido na Cláusula 3.2.1
" <u>Emissora</u> "	conforme definido no preâmbulo
" <u>Encargos Moratórios</u> "	conforme definido na Cláusula 4.11.3
" <u>Escritura</u> "	conforme definido no preâmbulo
" <u>Escriturador Mandatário</u> "	conforme definido na Cláusula 3.7.1
" <u>FIDC CEDAE</u> "	é o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, inscrito no CNPJ nº 14.137.344/0001-54

"Garantias"	conforme definido na Cláusula 4.7.2
"Impacto Adverso Relevante"	é qualquer impacto relevante que afete adversamente os negócios, atividades ou condição financeira da Emissora, suas Controladas ou coligadas.
"Índice Financeiro"	conforme definido na Cláusula 5.1.1.(xxii)
"Instrução CVM 28"	é a Instrução nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada
"Instrução CVM 358"	é a Instrução nº 358 de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
"Instrução CVM 409"	é a Instrução CVM nº 409 de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
"Instrução CVM 476"	é a Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada
"Investidores Qualificados"	conforme definido na Cláusula 2.5.2.1
"IGP-M"	é o Índice Geral de Preços do Mercado
"IPCA"	é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
"Jornal"	conforme definido na Cláusula 2.1.1
"JUCERJA"	é a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
"Lei das Sociedades por Ações"	é a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
"Obrigação"	é toda e qualquer obrigação derivada da Emissão e da Oferta, inclusive valores devidos, seja decorrente desta Escritura, do Contrato de Garantia e/ou da legislação aplicável, em caso de: (i) inadimplemento, total ou parcial, (ii) vencimento antecipado, de todo e qualquer montante de Valor Nominal (que deverá ser calculado <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento), Remuneração, encargos ordinários e/ou de mora, (iii) incidência de tributos, além das despesas de cobrança e de intimação, conforme aplicável, (iv) qualquer custo ou despesa incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais, necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e do Contrato de Garantia, (v) haver qualquer outro montante devido pela Emissora aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e aos demais prestadores de serviços para a Oferta e a Emissão, ou nos termos desta

	Escritura ou do Contrato de Garantia; e (vi) inadimplemento no pagamento ou reembolso de qualquer outro montante devido e não pago, relacionado com a Oferta ou a Emissão
"Oferta"	conforme definido na Cláusula 2.4.1
"Oferta de Resgate Antecipado"	conforme definido na Cláusula 4.14.1
"Ônus" e o verbo correlato "Onerar"	são quaisquer ônus, gravames, direitos e opções, compromisso à venda, outorga de opção, fideicomisso, uso, usufruto, acordo de acionistas, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, preferência ou prioridade, garantias reais ou pessoais, e quaisquer feitos ajuizados, fundados em ações reais ou pessoais reipersecutórias, tributos (federais, estaduais ou municipais), de qualquer natureza, inclusive por atos involuntários
"Operação de Compra e Venda Definitiva"	conforme definido na Cláusula 4.14.1 (iv)
"Parte Relacionada"	é (1) com relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que (i) a Controle, (ii) seja por ela Controlada, (iii) esteja sob Controle comum, e (iv) seja com ela coligada, (2) com relação a determinada pessoa natural, os familiares até segundo grau, e (3) com relação a determinada pessoa jurídica, fundos de investimento exclusivo, ou entidade de fechada de previdência complementar por ela patrocinada.
"Partes", e individualmente "Parte"	conforme definido no preâmbulo
"Participação no Resultado"	são dividendos, lucros, juros sobre capital próprio, resgate, amortização ou qualquer participação no resultado de qualquer Pessoa distribuída aos seus sócios, acionistas, associados, quotistas, proprietários ou titulares de participação em questão, conforme o caso
"Pessoa"	é qualquer pessoa natural, pessoa jurídica (de direito público ou privado), personificada ou não, condomínio, trust, veículo de investimento, comunhão de recursos ou qualquer organização que represente interesse comum, ou grupo de interesses comuns, inclusive previdência privada patrocinada por qualquer pessoa jurídica.

<u>"Período de Capitalização"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.3
<u>"Prêmio"</u>	conforme definido na Cláusula 4.15.3
<u>"QDCA"</u>	conforme definido na Cláusula 4.7.2
<u>"OMM"</u>	conforme definido na Cláusula 4.7.2
<u>"RCA"</u>	conforme definido na Cláusula 1.2.
<u>"Receita Operacional Líquida"</u>	é a receita bruta de vendas e serviços diminuída das vendas canceladas, dos descontos e abatimentos concedidos incondicionalmente, bem como dos impostos incidentes sobre mencionadas vendas.
<u>"Regulamento"</u>	é o regulamento do FIDC CEDAE, conforme cópia prevista no Anexo III desta Escritura
<u>"Remuneração"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.1
<u>"Reorganização Societária"</u>	é, em relação a uma Pessoa, qualquer transformação, cisão, fusão, incorporação (de sociedades ou ações), ou qualquer outra forma de combinação de negócios, conforme definido na Deliberação CVM nº 480, de 2009
<u>"Resgate Antecipado Facultativo"</u>	conforme definido na Cláusula 4.15.1
<u>"Serviços"</u>	são os Serviços Água e os Serviços Esgoto, em conjunto, assim como a cobrança por tais serviços, prestados pela Emissora ao amparo das Concessões
<u>"Serviços de Água"</u>	são os serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável
<u>"Serviços de Esgoto"</u>	são os serviços de coleta, transporte e tratamento de esgotos
<u>"Spread"</u>	conforme definido na Cláusula 4.8.1

E.P. 100688/12 57
11 DEZ 2012
98 A

"Taxa DI"	conforme definido na Cláusula 4.8.1
"Taxa Substitutiva"	conforme definido na Cláusula 4.8.5
"Usuários"	são usuários dos Serviços da categoria residencial, comercial e industrial
"Valor Nominal"	conforme definido na Cláusula 4.1.1



do período de 01/01/2008 a 31/12/2011; e mantenha as demais Notas Fiscais da Entrada e Saída do período de 01/01/2008 a 31/12/2011 sob sua guarda como lei depositária, ficando à disposição do fisco para recebê-las prontamente quando solicitadas, a fim de atender às solicitações do Auditor Fiscal da Receita Estadual Humberto Fehlinger Costa de Vasconcelos, ID: 5006445-5, matrícula 3010114-3, contidas na intimação nº 355143-85/9, Informa, também, da promulgação da Ação Fiscal sob RAF nº 355143-85, contida na intimação nº 355143-85/9.

Empresa: VIA BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA
Inscrição Estadual nº 75.935.259
CNPJ: 02.813.813/0001-26
Endereço: Rua Cidade de Lisboa, 573 - Vista Alegre - São Gonçalo - RJ
CEP: 24723-855

Id: 1448467

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico, Energia, Indústria e Serviços

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
ENERGIA, INDÚSTRIA E SERVIÇOS

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CAR-
GOS DE NÍVEL SUPERIOR

O DIRETOR-PRESIDENTE e a DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGERIO, no uso de suas atribuições, torna público que foi desclassificado o Sr. Diego José Ferreira de Medeiros, Economista, por eliminação do mesmo, do concurso 01-2011, conforme item 12.2.2 do edital preliminar.

Id: 1448317. A favor por empenho

Secretaria de Estado de Obras

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO

IDENTIFICAÇÃO: Termo de Atualização do Registro de Preços, referente ao Contrato nº 129/2010, assinado em 14.02.2013. PARTES: DER-RJ e CONSORCIO SILTHURAPE. OBJETO: Regulação o valor do contrato relativo a 2ª periodicidade anual no valor de R\$ 1.662.757,76. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1990. PROCESSO Nº E-17/205.919/2012.

Id: 1448464. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo I do Reratificação do Contrato nº 038/2012, assinado em 14.02.2013. PARTES: DER-RJ e PONTA DO CEU URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÕES & PAISAGISMO LTDA. OBJETO: Reatuação o cronograma físico-financeiro ao apresentado por ocasião do procedimento licitatório, sem alteração do valor contratual. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1990. PROCESSO Nº E-17/205.309/2012.

Id: 1448465. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo I do Reratificação do Contrato nº 046/2012, assinado em 14.02.2013. PARTES: DER-RJ e CONSORCIO METROPOLITANA SANTA LUZIA. OBJETO: Reatuação o cronograma físico-financeiro ao apresentado por ocasião do procedimento licitatório, sem alteração do valor contratual. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1990. PROCESSO Nº E-17/204.959/2012.

Id: 1448466. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo III do Reratificação do Contrato nº 058/2010, assinado em 14.02.2013. PARTES: DER-RJ e ORENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. OBJETO: Altera o cronograma físico-financeiro ao apresentado por ocasião do procedimento licitatório, sem alteração do valor contratual. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1990. PROCESSO Nº E-17/204.952/2012.

Id: 1448468. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
FUNDAÇÃO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

IDENTIFICAÇÃO: Termo Aditivo III do Reratificação do Contrato nº 058/2010, assinado em 14.02.2013. PARTES: DER-RJ e ORENTE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. OBJETO: Altera o cronograma físico-financeiro ao apresentado por ocasião do procedimento licitatório, sem alteração do valor contratual. FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/1993 e Decreto Estadual nº 3.149/1990. PROCESSO Nº E-17/204.952/2012.

Id: 1448468. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E QUITAÇÃO. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a VIVO S/A. OBJETO: AJUSTE DE CONTAS PARA QUITAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS DE TELEFONIA MÓVEL - 2º SEGMENTO/2012. VALOR: R\$ 2.790,44. ASSINATURA: 03/12/2012. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.567/2012.

Id: 1448513. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: INSTRUMENTO PARTICULAR DA 3ª EMISSÃO DE DEBITOS SIMPLIFICADOS. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE AGENTES FIDUCIÁRIO PARA OPERAÇÃO DA 3ª EMISSÃO DE DEBITOS DA CEDAE. PRAZO: 04 anos e 04 meses. VALOR: R\$ 39.000,00. ASSINATURA: 09/01/2013. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.689/2012.

Id: 1448162. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE AJUSTE DE CONTAS E QUITAÇÃO. PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a VIVO S/A. OBJETO: AJUSTE DE CONTAS PARA QUITAÇÃO DOS VALORES DEVIDOS PELOS SERVIÇOS PRESTADOS DE TELEFONIA MÓVEL - 2º SEGMENTO/2012. VALOR: R\$ 4.565,36. ASSINATURA: 02/02/2013. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.562/2012.

Id: 1448154. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 10 ao Contrato CEDAE nº 002/2009 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e a JOSE RUBENS DO CARMELO DE BRITO FIGUEIREDO TRANSPORTADORA - ME. OBJETO: Reajustamento dos serviços contratados, pelos períodos correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª anualidades (Pregão Eletrônico nº 090/2008). VALOR: R\$ 352.631,55. ASSINATURA: 05/02/2013. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.258/2012.

Id: 1448155. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

AVISO

Modalidade de Licitação: CN nº 001/2013-ASS-8-OP-1.1. Objeto: "MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA PRAIA DE SÃO CONRADO - PROGRAMA SENA LIMPA". A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que seria realizada em 20/01/2013 fica adiada "sem data".

Id: 1448518. A favor por empenho

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS
EMPRESA DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Rescisão Amigável do Contrato nº 229/2011. PARTES: Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro - EOPJ e Empresa Camocil Christiani Nielsen Engenharia S/A. OBJETO: Obras de Construção da Nova Sede do Instituto Estadual do Ambiente-INEA, localizada na Av. Venezuela, nº 57, Bairro Saúde, no Município do Rio de Janeiro-RJ. FUNDAMENTO: Processo nº E-17/402.247/12. DATA DA ASSINATURA: 15/01/2013.

Id: 1448162. A favor por empenho

Secretaria de Estado de Segurança

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

*INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 107/2012, entre o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Segurança e a EMPRESA CPO CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA. OBJETO: A alteração do prazo de entrega do objeto do Contrato nº 107/2012, por um período de 90 (noventa) dias corridos contados de 23/01/2013 (inclusive). PROCESSO Nº E-09/0024.0003/2012. ASSINADO EM: 29/01/2013. *Omissão no D.O. de 18/02/2013.

Id: 1448739

*INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 108/2012, entre o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Segurança e a EMPRESA CPO CONSULTORIA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA. OBJETO: A alteração do prazo de entrega do objeto do Contrato nº 108/2012, por um período de 90 (noventa) dias corridos contados de 23/01/2013 (inclusive). PROCESSO Nº E-09/0024.0003/2012. ASSINADO EM: 29/01/2013. *Omissão no D.O. de 18/02/2013.

Id: 1448740

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ACADEMIA ESTADUAL DE POLÍCIA SILVIO TERRA

EDITAIS

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE INS-
PETER DE POLÍCIA DE 6ª CLASSE - 2012

A CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Delegada da Polícia Martha Mesquita da Rocha, Presidente do Concurso em epígrafe, no uso de suas atribuições, TORNÁ PÚBLICA o resultado dos recursos interpostos pelos candidatos abaixo, em face do resultado da Prova de Capacidade Física realizada no dia 14/01/2013, em cumprimento das decisões judiciais exarçadas nos autos dos processos 0707087-91.2012.8.19.0092, 1ª Vara Unificada Civil, Comarca de Nilópolis e 0393229-85.2012.8.19.0002, 8ª Vara Civil, Comarca de Nilópolis.

Inscrição	Candidato	Resultado
5425498	EDUARDO AUGUSTO GONÇALVES CAMPELO DE OLIVEIRA	INDEFERIDO
5433092	RODRIGO DE LIMA QUINTAS DOS SANTOS	INDEFERIDO

XII CONCURSO PÚBLICO PARA A CLASSE INICIAL DA CARREI-
RA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Delegada da Polícia Martha Mesquita da Rocha, Presidente do Concurso em epígrafe, no uso de suas atribuições, TORNÁ PÚBLICA a reificação, como se segue, do subitem 12.5 do Edital do certame, em razão de erro material ocorrido, à época:

12.5 - Os pontos das disciplinas constantes do Anexo I, em número de 5 (cinco), serão sorteados pelo examinando, ao início de cada Prova Oral, na presença da Banca Examinadora.

Id: 1448210

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS

INSTRUMENTO: Termo de Ordem nº 021/2013 de 07 de fevereiro de 2013. PARTES: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa HEALTH CARE COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO CIRÚRGICOS HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de Insumos Odontológicos para a DGO, adquiridos no Pregão nº 028/2011 Anexo I. VALOR TOTAL: R\$ 942,89 (novecentos e quarenta e dois reais e oitenta e nove centavos). FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-09/000.233/2508/2011.

INSTRUMENTO: Termo de Ordem nº 022/2013 de 05 de fevereiro de 2013. PARTES: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa PROG COMÉRCIO LTDA-EPP. OBJETO: Aquisição de Insumos Odontológicos para a DGO, adquiridos no Pregão nº 028/2011 Anexo I. VALOR TOTAL: R\$ 9.853,91 (nove mil seiscientos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos). FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-09/000.233/2508/2011.

Id: 1448713

INSTRUMENTO: Termo de Ordem nº 025/2013 de 18 de fevereiro de 2013. PARTES: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de Medicamentos para suprir as necessidades do setor de Farmácia do HCPM/HPM-NIT, adquiridos no Pregão nº 059/2011 Anexo I. VALOR TOTAL: R\$ 83.666,52 (oitenta e três mil seiscientos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-09/000.262/2508/2011.

Id: 1448590

INSTRUMENTO: Termo de Ordem nº 048/2013 de 18 de fevereiro de 2013. PARTES: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a empresa EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de Medicamentos para suprir as necessidades do setor de Farmácia do HCPM/HPM-NIT, adquiridos no Pregão nº 059/2011 Anexo I. VALOR TOTAL: R\$ 17.738,10 (dezoisete mil seiscientos e trinta e oito reais e dez centavos). FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-09/000.262/2508/2011.

Id: 1448593

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 061/2012-3, de 15 de fevereiro de 2013. PARTES: SESEG/PMERJ e a empresa JRG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA. Vencedora dos itens nº 50. OBJETO: Aquisição de Medicamentos para os setores de Farmácia dos Hospitais da Corporação (HCPM e HPM/NIT), com preços inscritos na Ata de Registro de Preços nº 061/2012-3. VALOR TOTAL: R\$ 2.902,30 (dois mil novecentos e dois reais e oitenta e dois centavos). PRAZO: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura. FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-09/000.54/2508/2012.

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 061/2012-3, de 18 de fevereiro de 2013. PARTES: SESEG/PMERJ e a empresa FARMACE - INDÚSTRIA QUÍMICA - FARMACEUTICA CEARENSE LTDA. Vencedora dos itens nº 36, 34 e 43. OBJETO: Aquisição de Medicamentos para os setores de Farmácia dos Hospitais da Corporação (HCPM e HPM/NIT), com preços inscritos na Ata de Registro de Preços nº 061/2012-4. VALOR TOTAL: R\$ 31.233,30 (trinta e um mil duzentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos). PRAZO: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura. FUNDAMENTO: O constante do processo administrativo nº E-09/000.54/2508/2012.

INSTRUMENTO: Ata de Registro de Preços nº 061/2012-3, de 18 de fevereiro de 2013. PARTES: SESEG/PMERJ e a empresa EXPRESSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Vencedora dos itens nº 23, 28, 36, 32, 70, 73 e 76. OBJETO: Aquisição de Medicamentos para os setores de Farmácia dos Hospitais da Corporação (HCPM e HPM/NIT), com preços inscritos na Ata de Registro de Preços nº 061/2012-4. VALOR TOTAL: R\$ 15.584,52 (quinze mil quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). PRAZO: 12 (doze) meses a partir da sua assinatura. FUNDAMENTO: O constante do processo administrativo nº E-09/000.54/2508/2012.

Id: 1448563

Secretaria de Estado de
Administração Penitenciária

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA torna pública que fará realizar a licitação aberta, sob a modalidade de Carta-Convite, com as seguintes características:

PROCESSO Nº E-21/045.046/11
CARTA CONVITE Nº 002/2013
DATA: 05/03/2013 HORÁRIO: 11:00 HORAS
TIPO: Envelopada por Menor Preço Global
VALOR ESTIMADO: 146.222,27 (cento e quarenta e seis mil duzentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos)
OBJETO: REFORMA DA COZINHA DO SANATÓRIO PENAL DESTA SEAP, localizada na Estrada General Emílio Mússul Filho, nº 1, com plano - Penitenciária de Gerência - Rio de Janeiro, com fornecimento de todo material e mão de obra necessários, com o prazo de 60 dias.

O edital estará à disposição dos interessados para que o retirem até 24 horas anteriores da data e hora da realização do certame, na Praça Cristiano Ottoni, nº 1 - Edifício D, Podrão II - 5º andar, sala 516, Central do Brasil, Rio de Janeiro, nos dias úteis no horário das 10h às 16h horas, mediante a permuta de 01 pacote com 02 unidades de pasta suspensa plastificada, na cor preta, trazendo o endereço da empresa com CNPJ.

Id: 1448563

Secretaria de Estado de Saúde

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

FUNDAÇÃO MÉDICA ANTONIO LUIZ DE MEJINA

COMISSÃO GESTORA

AVISO

A COMISSÃO GESTORA DA FALMED torna pública a licitação:
Modalidade: Concorrência nº 002/2013
Objeto: contratação de Empresa para Execução de Obras de Reforma no Andar Torço do Instituto Estadual de Cardiologia Alvaro de Castro - IEACAC, conforme especificações, quantidades e condições nos anexos.
Processo: FALMED Nº 030/2012
Data: 08/03/2013 - Horário: 10 horas.
ESTIMATIVA: R\$ 5.481.579,61 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos).
O instrumento convocatório e seus anexos poderão ser adquiridos mediante a entrega de 02 (duas) folhas de papel formulário A4 e 02 (duas) folhas de DVD-R, na sede da FALMED, na Rua Casimiro Alvim nº 28, Humaitá, Rio de Janeiro.

Id: 1448365. A favor por empenho

Secretaria de Estado de Educação

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE ENSINO

COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR MARIO CAMPOS

EDITAL

O DIRETOR DO COLEGIO ESTADUAL PROFESSOR MARIO CAMPOS, Regional Metropolitana VII, Município de Nilópolis, nos termos das Resoluções SEE nº 2343, de 11.12.2008 e nº 2355, de 18.01.2001, torna público o nome do aluno que concluiu o Ensino Médio, neste estabelecimento de ensino.
MODALIDADE: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
TURMA: 3002 / 2º SEMESTRE - ANO: 2009
01-Flávia Cristina Moura dos Santos Simões

Processo E-17/100.688/2012
Data: 11/12/2012
Fls.: 043

Senhor Presidente,

Com base no parecer favorável da Assessoria Jurídica-Cedae e aprovado em Redir no dia 10/01/2013, solicito autorizar a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2013 (DF), com base no *caput* do Artigo 25 da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a favor da **PENTÁGONO S.A DTVM**, referente à **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE AGENTES FIDUCIÁRIO PARA OPERAÇÃO DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA CEDAE"**.

Em 01 de fevereiro de 2013


RENATO PRATES
DIRETOR ADMINISTRATIVO - FINANCEIRA E
DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1. Com base no artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, PUBLIQUE-SE:

RATIFICO a IL nº 005/2013 (DF), com base no *caput* do Artigo 25 da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, a favor da **PENTÁGONO S.A DTVM**, referente à **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE AGENTES FIDUCIÁRIO PARA OPERAÇÃO DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA CEDAE"**, no valor de total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

2. A GOR

Autorizo a despesa no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), bem como a emissão de Empenho no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), ficando reservado R\$ 7.500,00 para 2013, R\$ 7.500,00 para 2014, R\$ 7.500,00 para 2015 e R\$ 7.500,00 para 2016, obedecendo ao estabelecido no Compromisso às fls. 035 e a disponibilidade financeira para o mês de competência, sendo:

Programa de Trabalho	Conta Orçamentária	FR	Valor R\$
17.1220002.2016	339039-82	10	R\$ 7.500,00

3. A ACO-ASJ

Para elaboração do contrato formal

4. DF

Para as providências cabíveis.

Em 01 de fevereiro de 2013


ENGº WAGNER GRANJA VICTER
PRESIDENTE

iv



PROCESSO: E-17/100.688/12
INÍCIO: 11/12/2012
FOLHA: 238
RÚBRICA:

À AJC-2 – Assistência Especial de Contratos da ASJ-DP

Assunto: Numeração de Instrumento Jurídico

Em atendimento à OS nº14.695 de 24/05/2017.

Sra. Assistente,

Em cumprimento à Ordem de Serviço em epígrafe, solicito que seja **numerado** o INSTRUMENTO JURÍDICO abaixo relacionado(s), num total de 1 (uma) unidade, de acordo com as informações que seguem:

Processo: E-17/100.688/12		
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE AGENTE FIDUCIÁRIO PARA OPERAÇÃO DA 3ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES CEDAE		Lote: não se aplica
Tipo: CONTRATO	Subtipo: SERVIÇO	Nº: 045/2019.
		Diretoria demandante: DF
		Data assinatura: 09/01/2013
		Data Publicação: 19/02/2013
Fls: 46-98	Contratado(a)/Conveniente/Partícipe: PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CNPJ: 17.343.682/0001-38	

Após a **numeração** do instrumento jurídico acima relacionado, peço encaminhar o presente administrativo ao PRG (SISPRO) e, posteriormente à AMI-DP, responsável pela gestão do presente processo para controle e acompanhamento.

Rio de Janeiro, 05 de Abril de 2019.



Bruno Ferreira de Oliveira
Gerente de Mercado de Capitais e Relações
com Investidores da AMI-DP - GER-AMI
CEDAE - Reg.: 0-019375-1

Recebido na AJC-2
Em 26 / 04 / 2019
Entrada: 43 : 15 h
Ass: 